



Reflexões sobre a relação entre a educação e o declínio da autoridade paterna da cultura do narcisismo

Reflections on the relation between education and the decline of paternal authority in the culture of narcissism

Reflexiones sobre la relación entre educación y decadencia de la autoridad paterna en la cultura del narcisismo

Ronaldo Manzi Filho

Centro Universitário Mais (Brasil)

<https://orcid.org/0000-0001-7980-3997>

<http://lattes.cnpq.br/9039680215578737>

manzifilho@hotmail.com

Rafael Silva Gargano

Universidade de Brasília (Brasil)

<https://orcid.org/0000-0002-5241-5860>

<http://lattes.cnpq.br/1822975838773208>

rafaelgargano@gmail.com

Resumo

Propomos neste artigo uma reflexão sobre a relação entre o diagnóstico social do declínio da autoridade paterna e a educação contemporânea. O caminho de investigação parte dos pressupostos teóricos apresentados pelo sociólogo norte-americano Christopher Lasch ao longo de suas obras sobre a relação entre o declínio da autoridade e o aparecimento de uma sociedade ou cultura narcísica. O cerne do artigo está em mostrar como o modo de relação narcísico observado por Lasch nos anos 1970 ainda pode ser verificado na sociedade contemporânea e, sobretudo, no campo da educação. A proposta é analisarmos os impactos do declínio da autoridade paterna na educação e na escola, bem como o modo como essa instituição lida com essa questão.

Palavras-chave: Declínio da autoridade paterna; Educação; Narcisismo; Escola Contemporânea.

Abstract

Our proposal in this article is to reflect on the relation between the social diagnosis of the decline of paternal authority and contemporary education. The investigation is based on the theoretical premises presented by the American sociologist Christopher Lasch throughout his works on the relation between the decline of authority and the emergence of a narcissistic society or culture. The central aim of the article is to show how the narcissistic mode of relating observed by Lasch in the 1970s may still be seen in contemporary society, particularly in the educational context. The aim is to analyze the impact of the decline of paternal authority on education and the school, as well as the way in which this institution deals with this issue.

Keywords: Decline of paternal authority; Education; Narcissism; Contemporary Schooling.

Resumen

En este artículo proponemos una reflexión sobre la relación entre el diagnóstico social de la decadencia de la autoridad paterna y la educación contemporánea. El camino de la investigación se fundamenta en los presupuestos teóricos que el sociólogo norteamericano Christopher Lasch nos presentó a lo largo de sus obras entre la relación entre la decadencia de la autoridad y el surgimiento de una sociedad o de una cultura narcisista. El punto central del artículo es mostrar cómo el modo de relación narcisista observado por Lasch en los años 1970 todavía puede verse en la sociedad contemporánea y, sobre todo, en el campo de la educación. La propuesta es pensar cómo la escuela aborda esta falta de la referencia paterna.

Palabras clave: Decadencia de la autoridad paterna; Educación; Narcisismo; Escuela Contemporánea.

Recebido: 06/02/2025

Aprovado: 07/07/2025

Introdução

Em uma nota de rodapé do livro *A cultura do narcisismo – A vida americana em uma era de expectativas decrescentes* de 1979, Christopher Lasch relatou o caso de um estudante de onze anos que escreveu de forma agradecida ao pai por ele lhe dar tudo, mas reclamando que o pai nunca o punia quando agia errado (LASCH, 2023, p. 287). Esse caso ilustra o momento histórico no qual a obra foi escrita. Trata-se de um período marcado por aquilo que os autores costumam chamar de *declínio da autoridade paterna*. Esse declínio se expressa, nas palavras do estudante, a partir de sua demanda por uma lei coercitiva que pudesse, dentre outras coisas, impor externamente os limites de sua ação.

A passagem acima se encontra no interior da reflexão que Lasch faz sobre o ensino norte-americano. Suas análises partem da constatação de uma deterioração do ensino e daquilo que chamou de *atrofia da competência*. A atrofia apontada pelo sociólogo manifesta-se no apagamento do ensino de história, filosofia e política, por exemplo, por parecerem sem sentido em uma sociedade cada vez mais voltada para a lógica do consumo e da indústria cultural. Essa deterioração produz efeitos nefastos, tais como a inaptidão no uso da linguagem; a perda da consciência histórica; a incapacidade de dedução lógica; e a perda da capacidade de compreensão na leitura. Algumas pesquisas da época mostravam que os alunos não sabiam nem mesmo quais eram seus direitos fundamentais.

O declínio das capacidades intelectuais básicas surge como efeito de um processo de abandono da educação humanística centrada na emancipação do indivíduo como agente transformador da história. Como consequência desse processo, a escola abandonou o projeto de formação de uma comunidade de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, capazes de se orientar eticamente e autogovernarem-se, produzindo em seu lugar uma comunidade de indivíduos politicamente passivos.

A gravidade do diagnóstico dado por Lasch pode ser esclarecida a partir da teoria psicanalítica. Sabemos, desde a psicanálise freudiana, que a função paterna exerce um papel fundamental na organização da estrutura psíquica do sujeito. Na metapsicologia freudiana, o supereu é uma instância repressora e culpabilizadora, herdeira do complexo de Édipo. Ao longo de seu desenvolvimento psíquico, a criança internaliza uma instância moral, representada por alguém que ocupe a função de pai (autoridade paterna), que a guia em suas ações. Essa instância moralizadora tem como função limitar os desejos inconscientes e socialmente inaceitáveis para que o sujeito possa viver em sociedade. Esse é o preço a se pagar pelo processo de socialização humana. Nesse ponto, Freud segue o ideal iluminista, sobretudo o exposto pela reflexão de Immanuel Kant. Por isso, Freud compara o supereu com o imperativo categórico kantiano, ou seja, equipara-o a um ordenamento moral capaz de nos orientar em nossas ações (FREUD, 2010). O que aconteceria, portanto, com um declínio dessa autoridade? Se criarmos uma sociedade em que não haja essa limitação dos desejos inconscientes, como devemos pensar o coletivo? Desde que a psicanálise elucidou o papel da função paterna na organização da estruturação psíquica, é difícil imaginarmos como a vida psíquica e social de um sujeito se organizaria sem esse referencial, sem essa lei que delimite os desejos individuais.

Em contrapartida, o declínio da autoridade paterna nos coloca diante de um impasse. De um lado, é difícil imaginarmos como seria possível uma sociedade e uma organização social sem a presença dessa lei coercitiva e restritiva dos impulsos individuais. De outro, é frequente na literatura científica a ideia de que vivemos em uma época em que essa autoridade declinou. Ora, nessas condições, como seria possível uma organização social? Não deveríamos estar vivendo em um caos social, onde todos os indivíduos realizam seus impulsos na ausência de qualquer limitação? A saída para esse dilema está em pensarmos que, diante do enfraquecimento da autoridade paterna, alguns mecanismos de defesa do indivíduo são erigidos e um modo de socialização específico surge como saldo desse processo. É esse modo de

socialização peculiar, que decorre do declínio da autoridade paterna, que Lasch analisa em sua obra e que pode nos fornecer elementos importantes para a compreensão do modo de socialização contemporâneo.

O interesse desse estudo é analisar como esse modo de socialização decorrente do declínio da autoridade paterna produz efeitos na escola e na educação dos indivíduos. As análises de Lasch constituem o pano de fundo desse trabalho. Suas investigações não só nos revelam como a sociedade norte-americana lidou com o declínio da autoridade paterna, mas nos apontam de maneira clara como certos comportamentos e modos de socialização daquele período – predominantemente anos 1970 – ainda permanecem como traços marcantes em nossa sociedade contemporânea. A tese de Lasch se sustenta na ideia de que o declínio da autoridade paterna produziu um modo de socialização marcado por comportamentos narcísicos, que permearam diversos âmbitos da vida social, inclusive o campo da educação.

Longe de estarem ultrapassadas, as análises de Lasch podem lançar luz sobre questões importantes na educação contemporânea. Neste artigo, ressaltaremos três elementos centrais que, desde a época analisada por Lasch, ainda permanecem atuais. Esses elementos, defendemos, são herdeiros de um modo de socialização tipicamente narcísico: 1) a destituição da autoridade do professor e do corpo diretivo das escolas e a necessidade de negociação das normas e regras no interior da sala de aula; 2) o enfraquecimento da autoridade dos pais e responsáveis e a introdução do discurso médico e terapêutico na escola; 3) a substituição da autoridade dos pais responsáveis pela figura dos especialistas no ambiente escolar. O interesse de nossa análise é pensar como a escola lida com essa falta de referencial paterno. Qual o estatuto da autoridade no interior dessa instituição? Será que a escola age simplesmente como se aquela metonímia típica do começo do século XX, entre a função paterna e a função de autoridade que o professor representava, continuasse a valer? Esse texto busca mostrar que vários problemas da escola contemporânea já se revelam no diagnóstico cultural dos anos 1970 feito por Lasch.

Declínio da autoridade paterna e educação

A fim de compreendermos o sentido do declínio da autoridade paterna e a ascensão da cultura do narcisismo, é importante analisarmos as mudanças ocorridas na sociedade norte-americana. Segundo Lasch, as transformações pelas quais a escola e o sistema de educação têm passado decorrem de uma mudança do controle social nos últimos anos. Segundo o sociólogo, passamos de um modo de controle social autoritário e punitivo para um modo de controle terapêutico: “[...] uma guinada que transformou não apenas a indústria, mas a política, a escola e a família” (LASCH, 1986, p. 38). O que isso significa?

O modelo de educação fundamentado na autoridade e na punição como forma de controle deu lugar a uma abordagem mais “humana”, que evita punições e advertências e tende a tratar o aluno como uma criança que precisa ser compreendida a partir das etapas de seu desenvolvimento. Enquanto o controle disciplinar se organiza a partir da punição e correção do comportamento, o modo terapêutico se concentra na resolução dos problemas individuais e emocionais, encorajando a satisfação pessoal e a felicidade individual. Enquanto o centro orientador do controle autoritário e punitivo é a manutenção do sistema de regras sociais, o terapêutico centra-se no indivíduo como elemento chave do processo de socialização. Quais foram as causas dessa mudança?

Há uma resposta mais específica e uma mais geral. A mais específica nos leva a entender os movimentos que aconteceram no ensino estadunidense que teriam desencadeado aquele estado de atrofia. Uma reflexão mais geral nos leva a pensar sobre o modo de vida dos estadunidenses nessa época.

Na perspectiva mais específica, Lasch nos mostra como algumas condições históricas modificaram o sistema escolar estadunidense. Como exemplo, ele ressalta como o modelo da “americanização” dos imigrantes potencializou esse processo de atrofia. Esse modelo impunha, de certa maneira, a cultura norte-americana sobre os imigrantes europeus, visando aplacar a herança dos conflitos sociais trazidos por eles. A americanização da cultura implicava um apagamento das diferenças e uma massificação da cultura. No interior da escola, houve um empobrecimento dos conteúdos e uma facilitação do processo formativo, visando a inclusão como elemento central. Para Lasch, tanto a maneira como se pensou a inserção do imigrante na sociedade estadunidense quanto a massificação da cultura impactaram negativamente a educação no país (LASCH, 2023, p. 144).

A busca por um modelo democrático de educação mais inclusivo resultou em sua deterioração. Se antes a escola formava uma elite social voltada para o ensino dos conhecimentos e cultura clássica, a educação democratizada, segundo o sociólogo, nivelou “por baixo” a formação dos indivíduos. Na contramão do modelo educacional que visava à formação total do indivíduo – como no ideal iluminista de educação – a escola passou a se preocupar em educar para a vida. Esse processo ultrapassou a própria escola de formação básica, chegando também ao ensino superior. A educação tornou-se mais técnica, com ênfase nas ciências e na matemática. O currículo passou a adotar programas que visavam à construção da boa cidadania, incluindo o ensino de economia doméstica e educação física, por exemplo. De modo geral, a escola deixou de ser uma instituição disciplinar e transformou-se em um espaço “agradável” de convivência, onde o tempo pudesse ser experienciado de uma maneira mais “suavizada”.

Já em 1979, Lasch apontava como a educação estadunidense estava se tornando cada vez mais mercantilizada. O processo de “suavização” da experiência escolar, apontado acima, veio acompanhado de um projeto de educação facilitada, sem sofrimento ou tensão, com disciplinas voltadas ao conhecimento geral e com pouca exigência de leitura e escrita. O abandono dos conteúdos clássicos foi acompanhado pela ideia de que a educação deveria ser voltada ao interesse individual, centrada no aluno como consumidor. Ela passaria a oferecer as disciplinas como mercadorias que pudessem ser escolhidas e consumidas de acordo com o gosto do cliente, como se estivessemos em um supermercado. Nessa configuração, a formação educacional se assemelhava a um mosaico de estudos.

O sistema escolar descrito por Lasch reproduzia e mimetizava a lógica de funcionamento da própria sociedade, sobretudo de uma sociedade que privilegia o trabalho e o consumo na organização social. Nesse sentido, da mesma maneira que o sistema econômico seleciona a mão-de-obra, as crianças eram educadas para operar dentro dessa perspectiva. Na educação descrita por Lasch, habituava-se a criança à burocracia, à exigência da vida em grupo, às avaliações padronizadas de desempenho, à seleção de habilidades e competências de acordo com as carreiras profissionais e o mercado de trabalho. Havia também a promessa de que, através da educação, se obtinha o sucesso pessoal e profissional, operando-se uma seleção e exclusão daqueles que não se ajustavam a esse modelo. A escola transicionava de um modelo disciplinar punitivo e restritivo para uma lógica disciplinar guiada pela ideia de manipulação e vigilância psicológica, “[...] com base na definição de um comportamento normal e no recurso a sanções psiquiátricas supostamente não punitivas diante dos desvios” (LASCH, 1986, p. 40).

De um ponto de vista mais geral, algumas mudanças sociais afetaram sensivelmente o ambiente escolar. É nesse contexto que o *colapso da autoridade paterna* se faz mais visível. O declínio da autoridade paterna diz respeito a uma perda do referencial normativo. Essa perda se apresentava a Lasch como um estado geral da organização social estadunidense. Um dos elementos importantes que o autor nos aponta é que a perda da referência normativa criou uma lacuna, uma vacância de norma que foi paulatinamente preenchida e ocupada pela figura dos especialistas. Na lacuna aberta pelo declínio da norma, o especialista surge como figura de orientação social normativa. Como exemplo, Lasch nos mostra como, cada vez mais, a esfera

privada da família é perpassada pela esfera pública do direito: os tribunais de direito tendem cada vez mais a interferir no interior da família, julgando se um pai ou uma mãe são responsáveis ou não em relação a seus filhos; ou determinando a custódia e a tutela da criança. Esse novo modo de organização da disciplina, que Lasch definiu como manipulador, terapêutico, pluralista e não-judicioso, se originou com a ascensão da classe dos especialistas (1986, p. 36). Essas figuras sociais – o médico, o juiz, o assistente social, por exemplo – tendem a determinar o que é “melhor” para a família, a escola, e a sociedade em geral (LASCH, 2023, p. 273-274). Ou seja, não é propriamente um conjunto de normas e regras que orientariam as instituições, mas um conjunto de saberes que, nas mãos dos especialistas e dos competentes, ganha força de lei.

A perda da referência paterna normativa produz efeitos no modo de vida das pessoas. No âmbito escolar, por exemplo, a figura do professor é destituída de sua posição normativa em detrimento da posição dos especialistas. Cria-se uma relação de dependência da figura daquele que supostamente sabe o que se passa no interior do processo educacional e/ou familiar. O professor evita confrontos diretos com o aluno, pois há um conjunto de novos elementos dos quais ele desconhece e sobre os quais não possui autoridade para manejar. A figura dos conselheiros educacionais assume a função que antes era do professor, destituindo-lhe a autoridade em sala de aula.

Por outro lado, os pais, destituídos de sua posição de autoridade, transferem a responsabilidade para os especialistas que determinam os rumos da educação familiar. A orientação dos filhos passa a ser dada por psiquiatras e médicos que se inserem cada vez mais no âmbito da educação doméstica. Sem saber como agir, os pais buscam ajuda para se tornarem bons pais. No anseio de evitar conflitos com seus filhos, os pais acabam criando uma outra situação: não permitem que haja na criança uma frustração esperada; cria-se um excesso de cuidado com afetos pouco calorosos; vincula-se com a criança de forma sufocante, como se ela fosse uma “posse exclusiva”; fantasia-se que é uma família perfeita na tentativa de ser uma mãe ou pai ideal; cria-se a ideia de que o filho merece tudo de melhor, destruindo até mesmo a capacidade de o indivíduo desenvolver um autocuidado mínimo. Sem uma capacidade de autolimitação e autodisciplina que supostamente a criança deveria ter internalizada, Lasch afirma que a decadência da autoridade parental reflete a decadência do supereu na sociedade estadunidense (2023, p. 284). Em outros termos, “À medida que o mundo assume uma aparência cada vez mais ameaçada, a vida se transforma em uma interminável busca de saúde e bem-estar, de exercícios, dietas, drogas, regimes espirituais de vários tipos, autoajuda psicológica e psiquiátrica” (LASCH, 1991, p. 184).

Em 1977, pouco antes de escrever sobre a cultura do narcisismo, Lasch realizou um longo estudo sobre o estatuto da família estadunidense. Em *Refúgio num mundo sem coração – A família: santuário ou instituição sitiada?*, o sociólogo defendia que a família do século XX era um produto da ação humana e não de uma suposta força social abstrata. Para ele, a estrutura familiar vem se desintegrando desde o século XIX, uma vez que a história da sociedade moderna pode ser lida como uma afirmação de um controle social: da produção doméstica para a supervisão na fábrica; das habilidades e conhecimentos técnicos dos trabalhadores para a administração científica; e, por fim, da autoridade paterna para um controle de especialistas (médicos, professores, orientadores infantis, funcionários da justiça etc.). Viveríamos, portanto, uma nova forma de sociedade, em que nos tornamos mais dependentes de classes dirigentes e profissionais especializados. Interessa-nos, especialmente, como esse controle se dá na família, porque ela seria a principal agente de reprodução de padrões culturais no indivíduo, conferindo valores éticos, instruções sobre regras sociais, moldando o caráter da criança – seu modo de pensar e agir, afetando todo o seu domínio da vida.

Desde a década de 1950, observa Lasch, surgiram políticas públicas e teorias sociais – tais como a desenvolvida por Talcott Parsons – que insistiam na ideia de que a família era indispensável na formação dos indivíduos. Contudo, tais teorias tendiam a racionalizar e instrumentalizar uma dinâmica em que a própria família precisava ser supervisionada por especialistas, com a justificativa de que a especialização das funções possuía uma relação direta com o aumento da eficiência. Trata-se de uma concepção de transferência de funções: os pais não seriam suficientemente preparados para dar conforto emocional à criança, assim como não teriam preparo para questões educativas, econômicas e protetoras, devendo transferir essas funções para especialistas competentes nesses assuntos, efetivando uma profissionalização da paternidade. Ou seja, a paternidade e maternidade foram perpassadas pela lógica da profissionalização e da especialização, transformando os pais em sujeitos dependentes de saberes, conselhos e orientações de profissionais. Para tais teóricos sociais, a família que cria seus filhos sem o auxílio de especialistas “[...] causa muitas formas de doença, sem ser capaz de curá-las” (LASCH, 1991, p.161). Nesse sentido, a fim de evitar a produção de sofrimento, a família deveria ser acompanhada ou, em alguns casos, substituída por especialistas, tornando obsoletas as funções tradicionais da paternidade (LASCH, 1991, p.164).

Gozar a vida sem limites: a herança do declínio da autoridade

Quais as consequências de uma sociedade organizada nesses moldes? Um dos pontos centrais da crítica de Lasch diante do declínio da autoridade paterna está na produção de uma sociedade cujo modo de socialização não encontra barreiras ou limites. Do ponto de vista familiar, a perda da autoridade ou da referência paterna destitui o pai da posição central que orienta os processos de identificação da criança. Ora, se o pai não ocupa esse lugar de autoridade, torna-se difícil que a criança venha a se identificar com ele e querer desejar ou suceder o seu lugar criando outra família. Diante de uma lei cuja eficácia declinou, a criança, “[...] ao invés disso, ela deseja simplesmente gozar a vida sem a sua interferência – sem a interferência de qualquer autoridade” (LASCH, 1991, p. 166). Sem uma autoridade que lhe barre e lhe imponha limites, a criança cresce querendo se ver livre de uma concepção de autoridade; ou, se existe uma, diminui seu poder/importância, assim como cria para si uma imagem exagerada de seu próprio poder (como se o indivíduo pudesse tudo). Assim, mesmo que se saiba que existe autoridade, a criança não vivencia um confronto com ela. Como nos afirma Lasch: “Nessas condições, a criança permanece escrava de impulsos pré-edipianos e dos estímulos externos com os quais é bombardeada por uma cultura devotada ao consumo e à gratificação imediata” (1991, p. 167). Consequentemente, há uma infantilização do indivíduo em que a pessoa se considera poderosa, ilimitada, independente (típica onipotência infantil) e “[...] rodeada por autoridades com as quais não se identifica e cujo poder não considera legítimo” (LASCH, 1991, p. 167).

Sem se identificar e nem considerar legítima a ideia de autoridade, os jovens seguem padrões de justiça e legitimidade que são negociáveis: o que se pode ou não fazer não é estabelecido como um imperativo; as leis são negociáveis. E esse é um ponto importante que Lasch destaca ao pensar a escola: “A distância entre professor e aluno diminui, o professor torna-se um ‘líder de opinião’ e o currículo enfatiza o ‘realismo’ – a criança é ensinada a se dar bem com os outros, não a pensar por si mesma” (1991, p. 168-169). Os pais e professores ficam à mercê de uma negociação constante e instável, renunciando a ideia de autoridade – como se o grupo de jovens fosse autônomo para decidir o que é melhor para si, e não os adultos. Supostamente, isso seria mais adequado para um mundo em transformação, em que os jovens seriam treinados a empreender – uma esfera imprevisível, flexível, que exige constante adaptação, tornando obsoleta uma concepção de previsibilidade, rigidez e limite. Contudo, essa lógica não é exercida sem consequências:

O assalto organizado ao superego [supereu], que liberou o prazer apenas para transformá-lo em outra forma de dor, reflete a desvalorização da autoridade na sociedade moderna. Os detentores da autoridade – pais, professores, juízes e padres – sofreram todos uma perda de “credibilidade”. Incapazes de inspirar lealdade, ou mesmo de obter obediência, eles foram obrigados a conceder a seus subordinados uma maior variedade de prazeres – e também de crimes e contravenções – do que poderiam outrora tolerar. Mas, assim como o aparente triunfo do princípio do prazer mascara uma nova submissão à realidade, a sociedade permissiva inventou novas formas de repressão política ou aperfeiçoou as antigas, especialmente a força, o suborno, a intimidação e a chantagem. A dissolução da autoridade não traz a liberdade, mas novas formas de dominação (LASCH, 1991, p. 233).

Interessante notar que, ao contrário do que possa parecer, uma sociedade e uma família organizada a partir do declínio da autoridade paterna não leva os indivíduos a crescerem sem um supereu. Isso porque, tradicionalmente, o supereu é constituído a partir da função paterna. Com a sua decadência, a criança desenvolve um supereu punitivo e cruel, baseada em imagens arcaicas dos pais, de suas introjeções parentais. A referência de Lasch é a teoria psicanalítica de Melanie Klein (1997) e sua ideia de um supereu arcaico. Quando não possui essa coerção externa, o indivíduo se vale de introjeções arcaicas internas – introjeções que são bem mais rígidas e que têm como referencial a sua própria fantasia inconsciente (LASCH, 2023, p. 285). Com elementos agressivos e ditatoriais de um supereu primitivo (supereu implacável, feroz), o sujeito vive uma vida que oscila entre autoestima e autodesprezo. Uma autoestima elevada porque faz do eu onipotente, grandioso: o supereu estabelece para si um eu padrão exaltado de fama e sucesso, por exemplo. Ao mesmo tempo, esse mesmo supereu é agressivo em censurar a pessoa com uma violência selvagem por não conseguir alcançar esse padrão.

O aparente paradoxo está em vivermos em uma sociedade permissiva e, ao mesmo tempo, desenvolvermos um supereu mais rígido do que em uma sociedade coercitiva. A derrocada da autoridade institucionalizada estimula esse supereu cruel e punitivo, com origem em energias psíquicas de impulsos internos destrutivos e agressivos, exatamente por não ter onde buscar um referencial. Assim, “Elementos inconscientes e irracionais do supereu passam a controlar seu funcionamento” (LASCH, 2023, p. 64). Sem que as figuras de autoridade cumpram a função de repressão, perdendo sua credibilidade, o supereu individual deriva dessas fantasias punitivas da criança em relação a seus pais: “[...] fantasias carregadas de raiva sádica –, em vez dos ideais internalizados do eu formados por experiências posteriores com modelos queridos e respeitados de conduta social” (LASCH, 2023, p. 64-65).

A ascensão da sociedade narcísica

O declínio da autoridade paterna foi sentido na clínica estadunidense. Lasch nos mostra como houve um crescente número de pacientes que chegavam aos consultórios com queixas muito parecidas. Tais pacientes se queixavam de uma insatisfação vaga e confusa em relação à vida. Afirmavam que a sua existência era fútil e sem propósito. Sentiam um vazio interior, oscilações de humor e autoestima, se associando a figuras que admiravam e depreciação vinculada a exigências que produziam sofrimentos. Eram pacientes que encenavam seus conflitos (ao invés de reprimi-los ou sublimá-los); eram promíscuos mas evitavam envolvimento íntimo; possuíam uma defesa muito desproporcional contra qualquer agressividade e ressentimento. Tais pacientes revelavam fantasias de onipotência (o mundo

intrap síquico é vazio; encontra-se somente um *self* grandioso), onde o direito de explorar os outros é uma realidade. Destaca-se a severidade para consigo, relevando elementos arcaicos, punitivos, sádicos por medo de punição. A pessoa é ameaçada internamente pelos seus sentimentos agressivos e compensa suas experiências de raiva e inveja com fantasias de riqueza, beleza e onipotência. Esse conflito entre ameaça interna e compensação em fantasias é o núcleo de uma concepção grandiosa do *self*. Todos esses sintomas e comportamentos receberam a designação de *narcisismo*.

Com uma idealização tão extremada, o narcisista se defende contra perigos a seu redor e dentro de si, sobretudo da dependência dos outros. Os outros são como objetos descartáveis: pode-se agradá-los, mas o sujeito narcísico não se interessa realmente por eles. Sente-se independente, mas precisa se atrelar a um outro como um parasita; ao mesmo tempo, não quer uma dependência emocional. Daí o motivo de suas relações serem superficiais e passageiras: tediosos, buscam a intimidade instantânea (por excitação e não por interesse no outro). Não se sentem dependentes, mas precisam do olhar e aprovação do outro; precisam ser amados, mas não dão a mínima para o próximo.

Esses comportamentos, entretanto, estão correlacionados a afetos mais primitivos. O medo é uma condição para que haja a manifestação individual de tais casos de “vazio interior, solidão e inautenticidade”, pois os perigos e incertezas quanto ao futuro são condições que permeiam a sociedade estadunidense. Ou seja, *são afetos sociais que estão na base do sofrimento individual*.

Isso não significa que todos os indivíduos são narcísicos. Mas há uma condição de possibilidade social que torna possível que os indivíduos ajam, pensem e desejem de certa forma: “Toda época desenvolve suas próprias formas peculiares de patologia, que expressam de forma exagerada sua estrutura de personalidade subjacente” (LASCH, 2023, p. 103). Ou seja, a forma de vida que levamos, os afetos que circulam em nossa sociedade, abrem um campo de possibilidade para formas de personalidades específicas: “Novas formas sociais requerem novas formas de personalidade, novos modos de socialização, novas formas de organizar a experiência” (LASCH, 2023, p. 115). O narcisismo seria uma forma de compreendermos o impacto psicológico provocado pela mudança dos afetos sociais nas pessoas. Ele seria uma resposta do indivíduo às tensões e ansiedades da vida insegura estadunidense, despertando em graus diversos certos traços de personalidade. Contudo, à medida que a sociedade se organiza de determinada maneira, os traços de personalidade que decorrem dessa mudança acabam por se naturalizar e se transformar em modos de vida, de tal forma que não conseguimos conceber outra lógica possível (LASCH, 1986, p.294 – 295).

Narcisismo e modernidade líquida

As análises de Lasch abrem caminho para o que Zygmunt Bauman (2001), posteriormente, definiu como sociedade líquida. Tal sociedade se organiza a partir de valores instáveis, inseguranças e incertezas a respeito de um futuro indeterminado. Na sociedade líquida, vivemos como se a felicidade e os prazeres fossem ilimitados e como se não devêssemos perder nenhum momento do presente, porque não sabemos se no futuro teremos outra oportunidade de gozar de algo. Por exemplo: “A insegurança sobre como ganhar a vida, somada à ausência de um agente confiável capaz de tornar essa situação menos insegura ou que sirva pelo menos de canal para as reivindicações de uma segurança maior, é um duro golpe no coração mesmo da política de vida” (BAUMAN, 2000, p. 28). Vivendo na incerteza, cada indivíduo busca encontrar uma segurança individual, geralmente por meio de um bom emprego e salário, mas frequentemente sem uma ideia que o vincule ao interesse comum ou à coletividade. Nos tornamos cada vez mais individualistas, no sentido de nos ocuparmos de nós acima de qualquer coisa. Nesse modo de socialização, há um bloqueio da união entre as pessoas,

na medida em que cada uma busca apenas “salvar-se”. Valores como a meritocracia, a concorrência, a guerra de todos contra todos, a indiferença à dor alheia, o medo do outro, a vitória do mais forte, a culpabilização de si e o incentivo ao desenvolvimento de habilidades prevalecem em uma sociedade individualista. Como complementa Bauman (2001, p. 170): “Os medos, ansiedades e angústias contemporâneos são feitos para serem sofridos em solidão”. Assim, com o enfraquecimento dos laços sociais, as pessoas se sentem desamparadas.

Vivemos uma falta de garantias até mesmo para a sobrevivência; uma incerteza quanto ao futuro, ao trabalho, aos relacionamentos amorosos; uma insegurança em relação à própria violência, ao corpo, às posses, às pessoas próximas. As pessoas se sentem dispensáveis; o desemprego se torna estrutural (ninguém pode se sentir insubstituível); cria-se uma rotatividade de pessoas, demandando mudanças de plano constantes; exigência constante de redução de custos, de pessoas, de tempo; empregos sem direitos; demissões sem avisos prévios; terceirização; enfim, tudo se torna temporário. Uma vida em que não podemos nos planejar: “Na falta de segurança de longo prazo, a ‘satisfação instantânea’ parece uma estratégia razoável. O que quer que a vida ofereça, que o faça *hic et nunc* [aqui e agora] – no ato. Quem sabe o que o amanhã vai trazer? (BAUMAN, 2001, p. 185). Não se conta mais com recompensas futuras (BAUMAN, 2001, p. 186-187).

Ora, isso é muito próximo do que Lasch descreve sobre sua época. A modernidade é vista sem confiança no futuro; viveríamos um fracasso na política e um fracasso intelectual: as ciências daquele tempo já não oferecem explicações satisfatórias dos fenômenos sociais, a ponto de as ciências humanas serem vistas de maneira desmoralizante, sem contribuir para a compreensão do presente (LASCH, 2023, p. 46-47). Segundo Lasch, esse seria o panorama de expectativas dos indivíduos no final da década de 1970: uma visão de um futuro sem esperanças. Vemo-nos diante de pessoas sem interesse pelo futuro e sem interesse pelo passado, perdendo contato com a realidade e se abandonando à tentativa de dominá-la. Não há leis ou mesmo promessas que possam manter a ordem ou garantir recompensas futuras; as famílias não conseguem garantir um futuro para seus filhos; os professores não podem prometer algo melhor com a educação; as escolas não sabem como manter uma ordem sem uma coerção externa; as autoridades não conseguem assegurar nem a tradição, nem uma melhoria futura das condições sociais; a concepção de igualdade de oportunidades passa a ser um sonho coletivo (LASCH, 1986, p. 187). O esgotamento das políticas de bem-estar social (*Welfare State*) orienta a crise dos anos 1970 apontada pelo sociólogo, antes mesmo da ascensão do neoliberalismo como modelo político, econômico e ético. Tudo se passa como se Lasch estivesse descrevendo o crepúsculo dos ideais burgueses modernos.

Com o colapso na fé histórica, em que o passado parece não indicar nada de relevante para a atualidade e o futuro é tão incerto que não há uma especulação possível e confiável sobre sua realização, a ascensão do narcisismo revela uma alteração da forma de vida estadunidense, “[...] uma sociedade que há muito perdeu o interesse no futuro” (LASCH, 2023, p. 327). Vive-se, portanto, na busca de resoluções imediatas, sem se pensar de forma histórica. Sem o recurso ao passado, as pessoas não têm uma referência para pensar; entendem o novo como algo sem correlação com acontecimentos passados; mesmo na vida pessoal, elas não se valem de suas experiências anteriores para lidar com as novas; preferem delegar a especialistas a função de orientar decisões.

Sociedade narcísica: crise do social e individualismo

Na virada do século XIX para o XX, o sociólogo francês Émile Durkheim previa as consequências do declínio das restrições sociais e da ascensão do individualismo como uma situação de crise. A seu ver, “A cada momento da história, nossa sede de ciência, de arte, de bem-estar é definida como nossos apetites, e tudo o que ultrapassa essa medida nos deixa indiferentes

ou nos faz sofrer” (DURKHEIM, 1999, p. 232). Centrando suas análises na ideia de disciplina, Durkheim não deixava de notar como aqueles que defendem que a disciplina é um mal são os mesmos que se impacientam frente a qualquer limitação e que nutrem um apetite pelo infinito. Defendem, por fim, que o homem livre seria aquele sem limites. Para Durkheim, nada é mais doloroso para o homem do que o estado de indeterminação. O homem é feliz quando coloca para si fins alcançáveis, determinados, limitados, e só uma autoridade – que se diferencia de um autoritarismo – pode limitar nossos desejos imoderados: “É mediante a disciplina, e somente ela, que podemos ensinar a criança a moderar seus desejos de sua atividade; essa limitação é condição para a felicidade e para a saúde moral” (DURKHEIM, 2008, p. 57).

Consequentemente, sob o olhar de Durkheim, nossa sociedade atual seria patológica, pois viveria em um estado de anomia (estado em que não há normas preestabelecidas que possam garantir o espaço de reconhecimento social) como norma, tendo estabelecido que não haja um limite saudável para conter os desejos. Assim, viveríamos em um estado de indeterminação que nos levaria a uma perda de sentido da vida (o que devo fazer, desejar?); melhor, uma perda simbólica de referencial. Em uma sociedade de incertezas e riscos, os elos sociais tendem a se desfazer.

O narcisismo descreve exatamente essa lógica social em que não há uma norma que oriente as relações intersubjetivas, nem coerção externa que possa nos guiar. Daí porque Lasch (2023, p. 58) afirmava que o clima da época era terapêutico. Mesmo em uma sociedade em crise, os indivíduos buscam ajuda visando seu bem-estar, ainda que momentâneo. A preocupação com a saúde psíquica torna-se uma questão central. Para sobreviver, cada indivíduo deve pensar em si e em estratégias para se sobressair. Essas estratégias precisam ser novas e exigem a criação de uma imagem de si para lidar com os outros de forma menos vulnerável. As terapias, portanto, visam à potencialidade individual, pois há uma crença de que é o indivíduo que molda seu futuro.

Narcisismo como defesa psíquica

O narcisista é, aos olhos de Lasch, antes de mais nada, um sobrevivente. O sociólogo destaca em sua obra posterior, de 1984, *O mínimo Eu – Sobrevivência psíquica em tempos difíceis*, o que não havia ficado claro em *A cultura do narcisismo*: “[...] a preocupação com o indivíduo, aparentemente tão característica de nossa época, assume a forma de uma preocupação com a sobrevivência psíquica” (LASCH, 1986, p. 9). Ou seja, a sociedade estadunidense não criou condições de possibilidade para se viver, mas para se sobreviver. Nesse caso, o narcisismo é um mecanismo de defesa voltado para sobrevivência; porém, uma sobrevivência patológica que leva ao sofrimento. Em outros termos, os sujeitos se refugiam em defesas individuais em vez de criarem uma finalidade em comum; *é como se tivéssemos criado uma condição de possibilidade para o indivíduo se salvar e não a sociedade* – porque até a própria ideia de sociedade é colocada em questão (o que há são indivíduos). Visto de forma retroativa, o narcisismo é algo esperado para esse tipo de sociedade; é a forma de vida mais adaptada ao que foi criado pelo próprio capitalismo e suas crises, pois o narcisismo é uma defesa individual possível quando a sociedade perde a confiança no futuro. O indivíduo se prepara para o pior; busca sobreviver ao “naufrágio geral”; diante do risco de desintegração individual, cria uma individualidade sitiada.

Tentando sobreviver, a lógica narcísica é de voracidade com o mundo. Ao mesmo tempo, há uma necessidade de amparar o supereu por ter cedido a esse desejo de voracidade. A demasia dessa voracidade faz com que o projeto de amparo seja vivido sob a forma de negação da própria voracidade (na incapacidade de amparo, nega a destruição do objeto), levando a formas de relações vazias e sem laços afetivos (LASCH, 2023, p. 316). Apesar de esse processo de negação trazer sofrimento psíquico, essa lógica funciona individualmente na vida daquela

sociedade estadunidense. Ela cria condições de possibilidade para que o sujeito narcísico seja bem-sucedido. Vemos uma imagem de um homem de artimanhas, que sabe usar de informações pessoais de terceiros a seu favor; sabe manipular, fazer acordos, controlar etc. (LASCH, 2023, p. 107). Utiliza-se de batalhas por vantagens interpessoais, intimidação, sedução, mas depende do medo ou da admiração do outro para se validar (pois a autoaprovação depende do reconhecimento e aclamação do outro). Um homem que cria uma imagem de vencedor (daí a ausência do ideal de trabalho árduo); que busca o sucesso pelo sucesso (desprovido de conteúdo). Assim, equipara-se o sucesso nos negócios, na política ou no entretenimento (o que vale é chegar “lá”, ser uma celebridade): “O único aspecto importante da celebridade é o fato de que ela é celebridade; ninguém sabe dizer por quê” (LASCH, 2023, p. 111); “Nada é mais bem-sucedido que a aparência de sucesso” (LASCH, 2023, p. 127). Ele busca ser exaltado não por suas ações, mas por seus atributos; não deseja ser estimado, mas admirado; não busca exatamente a fama, mas a excitação de ser uma celebridade e ser invejado.

Assim, não basta aprimorar a si, é preciso falar sobre si, criar uma imagem de si, apresentar aos outros uma autenticidade, algo que torna a pessoa singular, destacada das outras; alguém que é invejável, que serviria como modelo e meta. Os programas televisivos, por exemplo, exploram a apresentação de personalidades, como vivem, o que fazem no dia a dia, o que pensam sobre a vida etc. Ou seja, conquistam uma audiência apresentando curiosidades. É impressionante que Lasch tenha escrito essa reflexão em 1979, quando ainda estávamos longe da realidade das redes sociais:

A vida moderna é mediada de forma tão completa pelas imagens eletrônicas que não conseguimos deixar de reagir aos outros como se suas ações – e também as nossas – estivessem sendo gravadas e transmitidas simultaneamente para uma plateia invisível, ou armazenadas para maior escrutínio em algum momento posterior. “Sorria, você está sendo filmado!” A intromissão na vida cotidiana desse olho que tudo vê já não nos pega de surpresa ou com a guarda baixa. Não precisamos ser lembrados para sorrir. Nossos rostos carregam sorrisos permanentes, e já sabemos qual é o seu melhor ângulo nas fotografias (LASCH, 2023, p. 112).

Não por acaso, encontramos nessa época uma tendência dos programas de massa, televisivos e de rádio, de enfeitar o público com revelações, confissões espúrias; de pessoas se valerem do humor para chamar a atenção, para obter o riso fácil. Mas o que mais chama a atenção de Lasch é uma inversão na distinção entre realidade e ilusão: o que se torna real é aquilo que é mostrado pela indústria da propaganda televisiva, como as personagens de novelas, por exemplo. Com a ideia de um *self* performático, a realidade passa a ser aquilo que aparece, pouco importando qualquer coisa que seja exterior a esse *self* – a realidade passa a ser a interpretação de papéis, construída pela publicidade, pela cultura de massa. Enquanto uma construção a se mostrar, o eu se torna uma espécie de obra de arte: daí a ideia de originalidade, criatividade, rompimento com a tradição. Entretanto, fazendo isso, apresenta a si, seu *self*, como uma mercadoria (LASCH, 1986, p. 21-22). Também as referências de celebridades se tornam mercadorias, abrindo uma fenda entre realidade e ficção. E isso traz uma consequência: a disparidade entre as pessoas ao redor e uma celebridade é tão grande que compromete inclusive a vontade de alguém realizar qualquer mudança social; pois ela busca, ao contrário, salvar a si em meio ao rebanho de pessoas comuns.

Na verdade, o entretenimento em geral voltou-se à propaganda de mercadorias que poderiam dar uma vida boa a todos e que podem ser consumidas imediatamente, sem precisar se preocupar com a repressão interna à realização imediata de desejos. O valor de troca de uma

mercadoria se transforma em sua capacidade de conferir prestígio a si (dando a ilusão de prosperidade e bem-estar). As propagandas em massa criaram um clima de educação das massas, apresentado às pessoas de uma forma que às leva a pensar que a vida pode ser mais fácil, prática e eficaz com seus produtos. Propagandas não só de bens materiais, mas também aquelas que incentivam a busca de novas experiências e realizações pessoais. Mais do que incentivar, para Lasch, os meios de comunicação criam uma narrativa sobre nós (LASCH, 1986, p. 120).

O consumo passa a ser um modo de vida hegemônico no qual se mesclam liberdade de consumo com autonomia. Entretanto, ter liberdade de escolha, nesse contexto, significa ter opções de identificações possíveis em aberto, flexíveis e descartáveis. Uma liberdade enganosa, na verdade, porque não traz nenhuma mudança significativa (LASCH, 1986, p. 29). No entanto, Lasch não está defendendo que o mercado *cria* essas condições para o narcisismo; o narcisismo está presente em todos nós, mas é *despertado* em uma cultura que o torna possível. Por exemplo: desperta em nós uma superficialidade protetora; o medo de compromissos definitivos; leva-nos a desfazer laços conforme as necessidades; torna-nos ansiosos por manter todas as opções em aberto; e nos incapacita de sentir gratidão ou lealdade (LASCH, 2023, p. 364).

Com o ocaso de um mundo durável e com a emergência do medo e da insegurança, há uma tentativa de o mercado servir de intermediário entre o eu e o mundo (LASCH, 1986, p. 177-178). Daí porque o consumo se torna uma espécie de medida: quanto mais poder de consumo, maior a suposta independência do indivíduo. A pessoa passa a avaliar os outros e a si mesmo por meio desse poder de consumo, criando uma imagem própria que é mais importante do que as suas experiências e habilidades adquiridas durante a vida. É julgada e avaliada por estranhos e conhecidos por sua roupa, suas posses, sua imagem e não pela sua “personalidade”. Por isso, “[...] ele adota uma visão teatral de sua própria *performance*, estando ou não em atividade” (LASCH, 1986, p. 21). Em outras palavras, o mercado altera a concepção de si e do outro como sujeito, devido à natureza da sua produção (ter valor vendável; negociabilidade) e de sua finalidade (consumo imediato); cada um se torna uma mercadoria, como se as pessoas e as coisas estivessem aí no mundo para serem usufruídas: “[O narcisista] Vive num mundo que não dispõe de existência objetiva ou independente e que parece existir somente para gratificar ou contrariar seus desejos” (LASCH, 1986, p. 22). Seria como um homem aventureiro: “[...] dotado de uma fome implacável de experiências emocionais para preencher um vazio interior; aterrorizado pela morte e pelo envelhecimento” (LASCH, 2023, p. 99). A cultura organizada em torno do consumo em massa é condição para que se exalte o narcisismo, uma vez que faz com que a pessoa veja o mundo como um espelho em que projeta seus próprios medos e desejos (um sentimento de vazio por dentro, de dependência e solidão).

Diante desse cenário, a crítica de Lasch é que *o sujeito não se torna responsável por suas ações*; seus desejos infinitos, suas transgressões, sua vida sem sentido, não são tratados como escolhas individuais pelas quais se deve assumir responsabilidade. No fundo, sem a internalização de uma coerção externa, as pessoas passam a ser categorizadas e julgadas como não sabendo por que agiram de tal forma. Começa-se a tolerar infrações por meio da justificativa médica, por exemplo, como algum transtorno que deve ser tratado, e não como um crime em que o sujeito é julgado como responsável por sua ação. *É como se os indivíduos fossem vítimas de circunstâncias*; ter-se-ia criado uma situação em que o controle social dos especialistas se torna tão forte que, em vez de uma pessoa ser julgada por um ato de transgressão, é avaliado por especialistas se ela é uma vítima de um caso patológico (LASCH, 2023, p.337).

Esse é um dos pontos centrais de Lasch: *como o narcisismo faz com que as pessoas se infantilizem*, ajam sem se responsabilizarem, a partir de uma voracidade, sem se importarem com o outro, por serem incapazes de aceitar o outro como outro. A consequência, segundo Lasch, é de uma desresponsabilização: “Conforme a prática e o ponto de vista terapêuticos ganham aceitação geral, mais e mais pessoas se sentem desqualificadas para desempenhar as responsabilidades adultas e acabam se tornando dependentes de alguma forma de autoridade médica” (LASCH, 2023, p. 354). É essa dependência que Lasch denomina narcisismo.

Com a sociedade dominada por grandes organizações burocráticas e meios de comunicação em massa, as famílias deixam de desempenhar seu papel na transmissão da cultura; as pessoas se sentem pouco conectadas com o passado. Na escola, isso se reflete de forma clara: os alunos são tratados como vítimas; não podem ser responsabilizados; é preciso encaminhá-los a especialistas. Daí porque o problema da punição, como aparece no começo do texto, se torna um marco: os alunos não são mais punidos pelos seus atos, fazendo com que cresçam em um meio permissivo e não punitivo; sem culpa. Acrescentado a isso, o narcisismo incentiva que a pessoa goze a todo momento; busque se autorrealizar, ser autêntico, vender sua imagem etc. A pessoa se torna uma “vítima” das circunstâncias – um observador irônico, separado e confuso (LASCH, 1986, p. 85).

Desde 1977 Lasch enfatiza um movimento em que os médicos, por exemplo, e os especialistas em direito penal buscam curar a doença, a loucura, o crime, isolando a pessoa e tratando-a; da mesma forma, os profissionais da paternidade esperam moldar o caráter da criança. Ou seja, instaura-se uma concepção terapêutica da sociedade e todos os indivíduos são pacientes: “Desde o início, assim, uma concepção médica da realidade subjaz aos esforços no sentido de remodelar a vida privada” (LASCH, 1991, p. 219). Os pais, por se sentirem inseguros, tornam-se dependentes dos especialistas; esses pais não agem, portanto, de acordo com seus juízos de valores, mas seguindo uma imagem do que seria o ideal de bons pais. “Assim, a família luta para conformar-se a um ideal de família imposto de fora para dentro”. Lasch continua a argumentação:

Os especialistas concordam em que os pais não devem nem tyrannizar as crianças, nem sobrecarregá-las com atenções “solícitas demais”. Eles concordam, além disso, em que cada ato é produto de uma longa cadeia causal e em que os julgamentos morais não têm lugar na criação dos filhos. Esta proposição, central à ética de saúde mental, exime a criança de qualquer responsabilidade moral e deixa a responsabilidade dos pais tão grande quanto antes. Em tais circunstâncias, não é de admirar que muitos pais procurem escapar ao exercício desta responsabilidade evitando os confrontos com a criança e eximindo-se do trabalho disciplinar e da formação do caráter. As ideologias permissivas racionalizam esta escusa. Quando os pais não podem evitar completamente as decisões disciplinares, eles delegam-nas a outras autoridades (LASCH, 1991, p. 221).

O que dessa reflexão podemos trazer para pensarmos a educação contemporânea?

É no interior desse cenário que podemos refletir sobre a escola contemporânea. O diagnóstico de Lasch de que a sociedade estadunidense dos anos 1970 era narcísica talvez não possa ser transposto integralmente para os dias atuais. É bastante questionável se a sociedade contemporânea se organiza e se comporta como no passado. Contudo, é notável que certos traços da sociedade narcísica descrita por Lasch com precisão e detalhes reaparecem nos modos de socialização contemporâneos. E esses traços, ao permearem nossa sociedade, produzem efeitos nos mais diversos campos da vida social. Mas é no interior da escola que tais comportamentos podem ser mais bem verificados e sentidos.

A reflexão de Lasch nos traz uma série de questões que estão sendo discutidas na educação atualmente. Começamos pela afirmação de que há na educação contemporânea o efeito e um traço dessa sociedade narcísica: a negociação das regras e leis. O declínio da autoridade paterna torna-se visível na sala de aula a partir do momento em que há uma dificuldade – por parte dos professores, da própria coordenação e direção das escolas – de

efetivar o conjunto de regras e normas estabelecidas pela instituição. A teórica Paula Sibilia ressalta que nos dias atuais existe uma tendência maior à negociação dessas regras como estratégia para que haja um consenso mínimo em sala de aula: “O que se verifica nos ambientes escolares e familiares da atualidade, entretanto, é que neles já não é evidente o pleno vigor dessa norma: tornou-se necessário negociar constantemente as regras que devem imperar em cada situação” (2012, p. 96). Isso porque nada parece estar assegurado por definição prévia; não há uma autoridade docente que garanta a condução da sala de aula de acordo com parâmetros estabelecidos previamente; professores e alunos precisam entrar em consenso com regras transitórias para conseguirem manter um vínculo. Assim, se antes tínhamos como base uma norma estabelecida e não negociável, coercitiva, contemporaneamente, nenhuma norma tem esse poder. Sem a ideia de autoridade, os estudantes pressupõem, igualmente, uma hegemonia da opinião: até mesmo o saber do professor é questionado e passa a valer como uma opinião entre outras, uma vez que não há mais um código simbólico organizador das relações sociais. Sem uma norma coercitiva que seja compartilhada e que unifique as instituições escolares, surge a necessidade de criar regras que possam produzir ao menos um diálogo, mesmo que sejam regras temporárias e precárias, que precisam ser negociadas e enunciadas na sala de aula, como o uso ou não do aparelho celular e outros *gadgets* (SIBILIA, 2012, p. 99).

Outro ponto interessante aparece, por exemplo, na edição 172 de janeiro de 2021 da revista *Tribuna da educação* em um artigo intitulado *Parece revolução, mas é só neoliberalismo – O professor universitário em meio às cruzadas da direita e da esquerda*, escrito por um docente de uma universidade pública de São Paulo sob o pseudônimo Benamê Kamu Almudras devido ao caráter polêmico do artigo. O texto testemunha uma situação em que um professor universitário se depara com um motim na sala de aula. Os alunos alegavam que havia uma carga excessiva de leitura na disciplina. Para o professor, tratava-se de uma carga de leitura pequena. Os alunos, para resolverem o problema, sugeriram que cada um pudesse escolher, por conta própria, o que quisesse ler. Os alunos nem mesmo queriam negociar a situação com o professor – estavam literalmente reivindicando que assim fosse estabelecido: “Atordado, o professor disse que pensaria no assunto, para então negociar uma solução satisfatória para todos. Mas um aluno retrucou: ‘Não, professor. Você sempre quer negociar. O que nós queremos é romper hierarquias e questionar o seu poder’” (ALMUDRAS, 2021, p. 2).

O que vemos nesse caso é como os alunos desconstróem a ideia de autoridade e o lugar do professor para estabelecerem um novo modo de relação social. Esse novo modo elimina o âmbito da norma e seu poder e introduz a lógica do mercado, onde o próprio consumidor determina o que irá ou não consumir. Tal qual um mercado, em que se escolhe os produtos que se quer comprar, os alunos estabeleceram uma relação mercadológica com o conhecimento: só consumiriam aquilo que fosse de seu agrado. Exigem do professor algo tal qual um consumidor exige de um produto. Fica clara nessa passagem uma atitude de mercado, uma ética individualista e um espírito consumista na comunidade de alunos: como se fosse óbvio para esses que o professor deveria se submeter às exigências de seus consumidores. Almudras expõe vários outros casos semelhantes em seu intrigante texto. Descreve casos em que alunos exigem garantias de que terminarão sua pós-graduação com êxito; que receberão seus diplomas mesmo não entregando o trabalho final; há a exigência de serem aprovados em matérias sem entregar o trabalho; exigência de escolha dos temas de palestrantes; se dão o privilégio de participar ou não de reuniões dependendo de se estão ou não cansados; criticam textos sem tê-los lido. Em comum, vemos a lógica do mercado e do consumo operando no interior do processo de ensino. Em todos os casos, o professor é tratado como um prestador de serviço, e não um profissional que busca a formação de um aluno/pesquisador.

Pelo lado dos alunos, o professor seria considerado autoritário por não querer discutir o conteúdo do curso, os textos escolhidos, a quantidade de textos a serem lidos ou a forma de serem avaliados. Pelo lado do professor, ele se sentiria como se estivesse realizando um “serviço” como outros ao atender às exigências sobre o que os alunos pensam ser mais importante para eles estudarem, o tempo que devem “gastar” para estudar, como deveriam ser avaliados etc. O que Almudras defende é que os alunos erram o alvo quando colocam o professor como opressor. A seu ver, ele é quem mais os defende, visando sua formação. Esse ponto nos lembra como Lasch já descrevia uma atrofia da competência ao fazer da universidade uma espécie de buquê de escolhas individuais.

Um terceiro ponto que podemos destacar é a entrada do saber médico nas escolas contemporâneas. Na verdade, a própria escola se tornou um dispositivo que regula a entrada desse saber, pois passa a mediar a relação entre pais e psiquiatras ao indicá-los a partir de uma percepção ou “desconfiança” de que algo “está errado” com o aluno.

No Brasil, desde o estudo de Cecília A. L. Collares e M. Aparecida A. Moysés de 1996, *Preconceitos no cotidiano escolar – Ensino e medicalização*, vemos uma tentativa de questionar a associação do fracasso escolar a problemas de saúde – o que revela como o discurso médico normatizador foi incorporado não só na vida cotidiana, mas também no discurso educacional. Collares e Moysés indicam que, por não verem o problema na escola, no processo de ensino-aprendizagem, os profissionais da educação “passam o problema” para os profissionais da saúde. Com essa transferência, é como se o problema fosse resolvido: ao se diagnosticar um distúrbio qualquer, os professores e diretores se veem redimidos quanto aos alunos que não aprendem: a culpa é deles. Há uma transferência de responsabilidades por meio da patologização. Na verdade, ao biologizar o problema, tem-se a vantagem de deslocá-lo: não mais para a escola ou para a sociedade; basta culpabilizar a vítima. A isso, as autoras denominam *patologização do processo ensino-aprendizagem* (COLLARES; MOYSÉS, 1996, p. 28).

Ao longo da experiência de pensamento de Marilena Chaui, ela define e critica o que denomina *ideologia da competência*. A seu ver, trata-se de uma crença de que há, por um lado, aqueles que são competentes (os especialistas) porque possuem conhecimentos científicos e tecnológicos; e, por outro lado, haveria um descrédito em relação àqueles que executam tarefas comandadas pelos especialistas. Assim, “[...] não é qualquer um que tem o direito de dizer alguma coisa a qualquer outro em qualquer lugar e em qualquer circunstância” (CHAUÍ, 2016, p. 57). Trata-se de um discurso que só pode ser proferido por especialistas que ocupam a posição do saber; os que não tiveram acesso ao saber devem apenas obedecer.

Essa questão fica mais clara quando nos damos conta de que esse discurso da competência passa a determinar o que devemos fazer, agir, pensar, valorar etc., como se na esfera da vida privada não possuíssemos nenhum saber próprio digno de ser confiado. Por isso, precisaríamos a todo momento que algum especialista nos dissesse como agir. Chaui aponta, nesse caso, um *discurso da competência privatizada*: “[...] é aquele que ensina a cada um de nós, enquanto indivíduos privatizados, como nos relacionamos com o mundo e com os outros. Esse ensino é feito por especialistas que nos ensinam a viver” (CHAUÍ, 2016, p. 57) – como somos invalidados como seres competentes, devemos ser ensinados por especialistas. Com isso, interiorizamos regras e valores que são esperados socialmente e que são absorvidos pela indústria cultural.

Pensando na educação, o discurso dos especialistas adentrou a escola contemporânea, principalmente no que tange à ideia de normalidade. Podemos pensar em um entrecruzamento entre o discurso pedagógico com a intervenção médico-psiquiátrica, formando uma rede que envolve a família, a escola e os especialistas. Esse entrecruzamento delega aos especialistas a responsabilidade de normatizar os alunos. Uma consequência dessa intervenção médica na família e na escola é uma mudança de autoridade: da autoridade paterna, que supostamente saberia o que é melhor para o filho, para a autoridade de especialistas que *dizem saber* o que é

melhor para a criança. Ou seja, o diagnóstico de um transtorno psiquiátrico provoca um deslocamento da posição dos pais: eles não seriam as pessoas mais bem preparadas para lidar com a criança; seriam os especialistas que deveriam assumir esse papel. Assim, “Pelo bem da criança e diante dos argumentos científicos do especialista, não resta alternativa aos pais senão guiar-se pelo saber anônimo da verdade da ciência, já que não podem mais orientar-se por seu desejo” (VORCARO, 2011, p. 227). Ou ainda: “[...] os pais se tornam ‘funcionários do discurso médico’, apagando-se como sujeitos e seguindo à risca as prescrições desse discurso” (KAMERS, 2020, p. 223-224). E isso é validado pela sociedade, pelo Estado, difundido na mídia e naturalizado como válido por todos (KAMERS, 2021, p. 272).

No cotidiano escolar, portanto, torna-se frequente a interferência de especialistas ao “solucionar” problemas como a inquietação por meio de medicações. Isto é, pergunta-se o que há de “errado” biologicamente para que a criança não aprenda, e não quais fatores levam a criança a não se interessar e nem se concentrar no que está sendo apresentado. Sob a primeira perspectiva, tratar-se-ia de um transtorno; na segunda, de um problema social/pedagógico ligado a questões existenciais que podem estar perturbando o aluno.

M. Cristina M. Kupfer, em 2011, em seu texto *Educação terapêutica para crianças com transtornos globais do desenvolvimento: uma alternativa à medicalização da educação*, defende que há uma medicalização da educação e que “(...) nessa ação medicalizante é também possível ler a destituição dos educadores e a consequente apropriação médica da educação” (KUPFER, 2011, p. 143). Podemos desconfiar que, ao invés de encarar problemas que muitas vezes se enquadram em questões existenciais, como conflitos internos, eles são remediados na escola com a ajuda de profissionais de outras áreas do saber e sob a tutela de fármacos; de certa forma, “lavando as mãos” dos responsáveis – docentes, diretores etc. – da escola. Eis um problema que temos que encarar, como escreve Renata Guarido:

Se, por um lado, os profissionais da Educação se veem destituídos de sua possibilidade de ação junto às crianças pela hegemonia do discurso das especialidades; por outro, ao assumir e validar os discursos médico-psicológicos, a pedagogia não deixa de fazer a manutenção dessa mesma prática, desresponsabilizando a escola e culpabilizando as crianças e suas famílias por seus fracassos (GUARIDO, 2007, p. 157).

Conclusão

Vimos como o diagnóstico social do declínio da autoridade paterna, elaborado pela comunidade científica ao menos desde os anos 1970, ainda se faz sentir na sociedade contemporânea. As análises de Lasch a respeito da sociedade estadunidense não podem ser transpostas em sua totalidade para os dias atuais, sobretudo para o cenário brasileiro. Contudo, é inquestionável que alguns elementos reaparecem no modo de socialização contemporânea e, de maneira mais específica e clara, no interior da escola.

A sociedade e a cultura narcísica descritas por Lasch nos permitiram compreender que as questões enfrentadas pela educação contemporânea possuem raízes mais arcaicas. Tudo se passa como se atualizássemos certos modos de socialização na medida em que as relações sociais se modificam, produzindo efeitos dessa mudança no interior da escola e no processo educacional. Se é difícil pensarmos que vivemos em uma sociedade narcísica por completo, é plausível concebermos que comportamentos narcísicos estão presentes nos mais diversos campos da vida social.

O declínio da autoridade paterna trouxe como consequência ao menos três elementos presentes na escola contemporânea: 1) a negociação das normas e regras; 2) a presença do discurso médico e terapêutico no ambiente escolar; 3) a presença dos especialistas e a

destituição da autoridade dos professores e pais. A lacuna aberta pelo declínio da autoridade permitiu que a figura dos especialistas assumisse esse lugar que antes era ocupado pela norma social. Esse declínio, portanto, não implicou somente um enfraquecimento da norma ou da regra no processo de socialização dos indivíduos. Ele permitiu o aparecimento de figuras sociais sustentadas por um discurso de competência que autorizasse um certo modo de inserção na vida social. Desse modo, o declínio da autoridade paterna abriu o campo para a introdução dos saberes especializados como força de lei. A norma social deu lugar ao saber do especialista.

A consequência direta do declínio das normas sociais e do aparecimento dos especialistas é a perda de referências sociais dos indivíduos. Tal fenômeno, observado desde a sociologia de Durkheim, modifica sensivelmente a relação do sujeito com a norma e com a ideia de coletivo, elevando o indivíduo à condição de átomo social. Desde Durkheim, sabe-se que a atomização social traz consequências perigosas para a socialização, produzindo estados anômicos de vida social.

Na esteira do individualismo exacerbado pelo declínio das normas e dos limites, a ideia de família nuclear, centrada na autoridade do pai, se vê em declínio, obrigando os pais e responsáveis a transferirem sua autoridade para as figuras de poder/saber que se erigiram na lacuna da autoridade paterna. Nessa nova lógica de funcionamento, os pais foram destituídos de seu poder tradicional e colocados sob suspeita em relação à criação e educação de seus filhos. Os filhos, por sua vez, foram tratados como indivíduos que precisam ser compreendidos a partir de suas especificidades, pois tornam-se o núcleo do processo de socialização e de educação.

A indústria cultural e a lógica do mercado consumidor invadem a educação e a sala de aula. O poder disciplinar exercido pela escola dá lugar ao poder do consumidor em determinar os objetos de seu desejo e em gozar sem limites seus impulsos. A formação educacional dá lugar à produção imagética de si mesmo. A grade curricular e a formação teórica cedem ao imediatismo da informação e da utilidade do conhecimento. Nesse contexto, como pensar a educação? Quais caminhos a escola pode assumir diante de tal cenário? São essas questões que permanecem em aberto e constituem desafios imediatos.

Referências

ALMUDRAS, Benamê Kamu (pseudônimo). Parece revolução, mas é só neoliberalismo – O professor universitário em meio às cruzadas da direita e da esquerda. In: *Revista Tribuna da educação*. Edição 172, janeiro de 2021. Disponível em: Parece revolução, mas é só neoliberalismo. Acesso em: 1 mar. 2023.

BAUMAN, Zygmunt. *Em busca da política*. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CHAUÍ, Marilena. *Escritos de Marilena Chauí Volume 3 – A ideologia da competência*. Belo Horizonte: Autêntica; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016.

COLLARES, Cecília A. L.; MOYSÉS, M. Aparecida A. *Preconceitos no cotidiano escolar – Ensino e medicalização*. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 1996.

DURKHEIM, Émile. *A educação moral*. Trad. Raquel Weiss. Petrópolis: Vozes, 2008.

DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FREUD, Sigmund. *Obras completas volume 18 – O mal-estar na civilização, Novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936)*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

GUARIDO, Renata. *A medicalização do sofrimento psíquico: considerações sobre o discurso psiquiátrico e seus efeitos na Educação*. In: *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.33, n.1, p. 151-161, jan./abr. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022007000100010>

KAMERS, Michele. Psicopatologia dos transtornos de comportamento. In: KAMERS, Michele; MARIOTTO, Rosa Maria; VOLTOLINI, Rinaldo. *Por uma (nova) psicopatologia da infância e da adolescência*. São Paulo: Escuta: 2021, p. 267-288.

KAMERS, Michele. Os riscos da nomeação diagnóstica e o uso de psicofármacos na infância. In: CATÃO, Inês (org.). *Mal-estar na infância e medicalização do sofrimento: quando a brincadeira fica sem graça*. Salvador: Ágalma, 2020, p. 208-230.

KLEIN, Melanie. *Envy and Gratitude and Other works 1946-1963*. London: Vintage, 1997.

KUPFER, Maria Cristina. Educação terapêutica para crianças com TGD: uma alternativa à medicalização da educação. In: JERUSALINSKY, Alfredo; FENDRIK, Silvia. *O livro negro da psicopatologia contemporânea*. São Paulo: Via Lettera, 2011, p. 141-150.

LASCH, Christopher. *A cultura do narcisismo – A vida americana em uma era de expectativas decrescentes*. Trad. Bruno Cobalchini Mattos. São Paulo: Fósforo, 2023.

LASCH, Christopher. *O mínimo Eu – Sobrevivência psíquica em tempos difíceis*. Trad. João Roberto Martins Filho. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

LASCH, Christopher. *Refúgio num mundo sem coração – A família: santuário ou instituição sitiada?* Trad. Italo Tronca e Lúcia Szmrecsanyi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SIBILIA, Paula. *Redes ou paredes – A escola em tempos de dispersão*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

VORCARO, Ângela. O efeito bumerangue da classificação psicopatológica da infância. In: JERUSALINSKY, Alfredo; FENDRIK, Silvia. *O livro negro da psicopatologia contemporânea*. São Paulo: Via Lettera, 2011, p. 219-229.